

COMUNICADO DE IMPRENSA



Escolas

ME é o responsável pelo aumento de violência

A FENEI/SINDEP entende que a retirada de autoridade educacional e profissional aos docentes e a desqualificação social da profissão, promovidas pelo Ministério da Educação (ME), justificam a recente escalada de violência nas escolas do ensino público. Mais: a FENEI/SINDEP, pela gravidade que o assunto encerra, vai solicitar uma audiência ao procurador-geral da República, de modo a definir uma moldura penal agravada, para prevenção de agressões aos docentes.

A aprovação de um estatuto, em que a autoridade do professor está subordinada à apreciação dos pais e aos resultados escolares de exames aferidos – cuja classificação é nula para os alunos mas contável para a análise das escolas e avaliação dos docentes –, bem como a forma como a sua regulamentação está a decorrer, premiando-se a ocupação de cargos e a posse de habilitações superiores à licenciatura, contribuem para o aumento da violência nas escolas.

Os verdadeiros pedagogos são privados de atingir o topo da carreira, pois só leccionam e tal arte não é pontuada por este ME. A postura ministerial é de valorização e estímulo, não dos profissionais que alcançam bons resultados nas aprendizagens, mas sim daqueles que fiscalizam, arbitrariamente e burocraticamente, o exercício da profissão.

A FENEI/SINDEP responsabiliza a política educativa deste Governo, que pratica um ataque injustificado e ofensivo aos professores, tornando-os párias da sociedade, e a descredibilização do sistema educativo, como as causas da incapacidade total de se educar sabiamente e de se integrar, equilibrada e seguramente, os jovens na sociedade.

É chocante para a FENEI/SINDEP: (1) a contagem apenas, ao longo do percurso profissional, do exercício de cargos e de nada mais, (2) a discriminação de todos os professores que são bons pedagogos, (3) a penalização pelas faltas justificadas, independentemente da sua natureza, (4) a imposição de quotas para progressão em detrimento da valorização profissional, (5) o não cumprimento da concertação social entre representantes sindicais e governamentais. Estamos, pois, perante um quadro, em que não existe uma política governamental para a educação. O objectivo é a manipulação para populismo e apresentação de resultados estatísticos. Nada mais!

Mas, os professores não serão coniventes com esta política e, nos casos concretos de atropelos à lei, a FENEI/SINDEP recorrerá aos tribunais nacionais e internacionais, recolhendo todo o apoio colectivo e individual para que a justiça seja feita e se cale a demagogia, que trairá Portugal.

Lisboa, 1 de Março de 2007

O presidente da FENEI

E secretário-geral do SINDEP

(Carlos Alberto Chagas)